

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XXIII
NOTA DO AUTOR.....	XXV
LEI Nº 6.830 DE 22 DE SETEMBRO DE 1980.....	1

## ARTIGO 1º

1.1. A OAB e a LEF.....	2
1.2. Empresas públicas e a LEF.....	2
1.3. Aplicação subsidiária do CPC.....	5

## ARTIGO 2º

2.1. Dívida ativa e sua executividade.....	8
2.2. Valor cobrado pelo fornecimento de água e esgoto e a LEF.....	13
2.3. Juros e correção monetária.....	14
2.4. A dívida ativa e a suspensão da prescrição por 180 dias.....	16
2.5. O Termo de Inscrição de Dívida Ativa e a perda do processo administrativo.....	18
2.6. A Certidão de Dívida Ativa e seus efeitos.....	19
2.7. A prescrição de 5 anos e a Súmula Vinculante nº 8 do STF.....	24

## ARTIGO 3º

3.1. Dívida Ativa e suas presunções.....	34
--	----

## ARTIGO 4º

4.2. A execução fiscal e a responsabilidade do sócio-gerente ou administrador.....	43
4.3. A constrição de bens do devedor e do sócio gerente.....	49
4.4. Dívida ativa não tributária e suas prerrogativas.....	50

## ARTIGO 5º

5.1. A LEF e o juízo competente para seu processamento.....	52
---	----

5.2. A situação dos bens na execução fiscal aforada antes e depois da falência.	55
5.3. Exclusividade do executivo fiscal pela Fazenda-autora .....	57

#### **ARTIGO 6º**

6.1. Requisitos básicos na petição inicial do executivo fiscal .....	58
6.2. A Inicial e a CDA constantes em documento único.....	61
6.3. A execução fiscal com dois ou mais débitos .....	61

#### **ARTIGO 7º**

7.1. O “cite-se” e suas consequências na execução fiscal .....	63
7.2. A fixação dos honorários sucumbenciais .....	65

#### **ARTIGO 8º**

8.1. A citação e o prazo para manifestação do executado .....	67
8.3. A citação e suas modalidades .....	67

#### **ARTIGO 9º**

9.1. Garantia da execução .....	71
9.2. Bens de Terceiros e fiança bancária .....	72

#### **ARTIGO 10**

10.1. A penhora forçada .....	75
10.2. A penhora de bens do sócio-gerente .....	78
10.3. A penhora sobre valor irrisório com relação à dívida fiscal .....	79
10.4. A impenhorabilidade absoluta .....	81
10.5. O bem de família e a data limite para arguição de sua impenhorabilidade .....	88

#### **ARTIGO 11**

11.1. A penhora e sua ordem de preferência.....	90
11.2. O Auto e o Termo de penhoras.....	92
11.3. Da remoção dos bens penhorados .....	92
11.4. O depositário infiel e a prisão civil .....	93

#### **ARTIGO 12**

12.1. Da intimação da penhora .....	96
12.2. Da intimação do cônjuge do executado .....	97

## ARTIGO 13

13.1. A penhora e os procedimentos de avaliação dos bens.....	100
13.2. A não-concordância da avaliação .....	101

## ARTIGO 14

14.1. O registro da penhora .....	103
14.2. A fraude de execução .....	104
14.3. A caracterização de fraude frente à promessa de compra e venda de bem .....	106

## ARTIGO 15

15.1. A substituição dos bens na penhora .....	111
15.2. Redução da penhora .....	117
15.3. Reforço da penhora insuficiente e reabertura do prazo para embargos ...	118

## ARTIGO 16

16.1. A natureza jurídica dos embargos.....	119
16.2. O excesso de execução .....	121
16.3. Garantia do juízo e a suspensão da execução.....	123
16.4. Contagem do prazo para oposição de embargos.....	125
16.5. A compensação nos embargos à execução.....	129
16.6. Procedimento dos embargos à execução .....	133
16.7. A exceção de pré-executividade .....	136
16.8. Da coisa julgada nos Embargos à Execução .....	144
16.9. Eficácia preclusiva da coisa julgada x Relativização da coisa julgada..	147

## ARTIGO 17

17.1. A impugnação dos Embargos .....	152
17.2. A revelia da Fazenda exequente .....	152
17.3. Audiência de instrução e julgamento em sede de embargos .....	154
17.4. Chamamento do exequente para impugnar os embargos.....	155
17.5. Embargos meramente protelatórios - Multa .....	157
17.6. Execução fiscal provisória e execução fiscal definitiva .....	157
17.7. Da Audiência de Instrução e Julgamento .....	158

## ARTIGO 18

18.1. Manifestação da Fazenda-Exequente sobre a garantia da execução.....	160
18.2. Penhora insuficiente e extinção dos embargos.....	161

## ARTIGO 19

19.1. Remição de bens de terceiro .....	164
19.2. Penhora dos bens do sócio de sociedade de responsabilidade limitada ...	165

## ARTIGO 20

20.1. Os embargos à execução através de carta precatória .....	166
20.2 Competência para julgamento dos embargos: questões preliminares e de mérito .....	166
20.3. Competência para julgamento dos Embargos de Terceiros .....	168

## ARTIGO 21

21.1. A alienação antecipada dos bens .....	171
---	-----

## ARTIGO 22

22.1. A publicação do edital.....	174
22.2. Prazos entre a publicação do edital e o leilão.....	174
22.3. A arrematação dos bens penhorados por terceiros .....	174
22.4. A arrematação dos bens penhorados pela Fazenda Pública exequente ...	176
22.5. Intimação do representante da Fazenda Pública .....	177
22.6. A arrematação dos bens por preço vil .....	180
22.7. Oposição de embargos à arrematação.....	182

## ARTIGO 23

23.1. Hasta pública na execução fiscal .....	184
23.2. O segundo leilão: previsão jurisprudencial.....	185
23.3. O leiloeiro .....	186

## ARTIGO 24

24.1. A adjudicação dos bens penhorados.....	189
--	-----

## ARTIGO 25

25.1. Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública .....	193
25.1. Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública .....	193

## ARTIGO 26

26.1. Cancelamento da inscrição de Dívida Ativa e suas consequências no processo executivo fiscal.....	196
26.2. Substituição da CDA .....	199

## ARTIGO 27

27.1. As publicações resumidas dos atos processuais: medida de economia processual .....	204
27.2. Requisitos indispensáveis à publicação dos atos processuais .....	204

## ARTIGO 28

28.1. Possibilidade de reunião de diversas execuções contra o mesmo devedor.....	206
--	-----

## ARTIGO 29

29.1. Concurso de preferências dos créditos tributários .....	210
29.2. Duplicidade de penhora: executivo fiscal <i>vs.</i> processo falimentar .....	213
29.3. Ordem de preferência das pessoas jurídicas de direito público pelos créditos tributários .....	215

## ARTIGO 30

30.1. Bens passíveis de penhora.....	221
30.2. Bens impenhoráveis .....	221

## ARTIGO 31

31.1. Prova de quitação fiscal para alienação de bens .....	225
31.2. Concordância da Fazenda Pública para alienação de bens.....	226

## ARTIGO 32

32.1. Depósito judicial em favor da Fazenda Pública.....	228
32.2. Alterações introduzidas pela Lei nº 9.703/98.....	231
32.3. Atualização monetária dos depósitos: taxa SELIC .....	232

## ARTIGO 33

33.1. Averbação da sentença de improcedência no Registro da Dívida Ativa ...	233
--	-----

## ARTIGO 34

34.1. Sentença igual ou inferior a 50 ORTN em execução .....	234
fiscal.....	234
34.2. O reexame necessário.....	237
34.3. Recursos cabíveis contra a sentença de primeira instância e duplo grau de jurisdição .....	241
34.4. Recurso Especial e Recurso Extraordinário no executivo fiscal.....	243

## ARTIGO 35

35.1. A dispensa do revisor no julgamento das apelações .....	247
---	-----

## ARTIGO 36

36.1. Recolhimento da Dívida Ativa e as normas procedimentais da Fazenda Pública .....	249
--	-----

## ARTIGO 37

37.1. Responsabilidade do auxiliar de justiça por prejudicialidade à execução fiscal .....	250
37.2. Prazo para o cumprimento das diligências pelo oficial de justiça .....	251

## ARTIGO 38

38.1. Ações antiexacionais e Execução Fiscal .....	253
38.1.1. Mandado de Segurança.....	253
38.1.2. Ação de Repetição do Indébito Fiscal .....	262
38.1.3. Ação Anulatória .....	264
38.2. Ajuizamento de ação antiexacional e renúncia aos recursos administrativos.....	270

## ARTIGO 39

39.1. Exclusão do pagamento de custas e emolumentos pela Fazenda Pública.....	273
39.2. Ressarcimento das despesas processuais ao final pela Fazenda Pública sucumbente .....	275
39.3. Exceções a regra da dispensa de antecipação de despesas processuais pela Fazenda Pública .....	275
39.4. A possibilidade de concessão de gratuidade de Justiça à pessoa jurídica de direito privado .....	277

## ARTIGO 40

40.1. Casos de suspensão do processo executivo fiscal e da prescrição .....	279
40.2. A prescrição intercorrente e sua arguição de ofício pelo juiz: necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública .....	280

## ARTIGO 41

41.1. Extração de cópias ou certidões do processo administrativo fiscal .....	290
41.2. Exibição do processo administrativo fiscal mediante requisição do juiz...	291

## ARTIGO 42

42.1. Vigência da Lei de Execução Fiscal.....	293
---	-----

## ANEXOS

Súmulas do Supremo .....	309
Tribunal Federal - STF .....	309
Súmulas do Superior .....	313
Tribunal de Justiça - STJ .....	313
Súmulas do Extinto .....	321
Tribunal Federal de Recursos - TFR .....	321
Lei nº 6.830, de 22 de Setembro de 1980 .....	323
Exposição de Motivos da Lei de .....	333
Execução Fiscal nº 223 .....	333
Bibliografia .....	345